

O ADVENTO DO ESTADO NOVO, A MORTE DE LAMPIÃO E O FIM DO CANGAÇO

Jorge Luiz Mattar Villela
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

A morte de Lampião e a extinção do fenômeno do cangaço estão muito menos relacionadas com o advento do Estado Novo do que é frequentemente suposto. A afirmação é apoiada não só pela documentação da época e pelos relatos de ex-cangaceiros, mas também pela comparação dos modos de vida de Lampião no período de coexistência de cangaceirismo e Estado Novo e períodos anteriores (entre 1927 e 1928). Este artigo sustenta que muito mais importante do que as interferências dos estratos políticos superiores são, no que concerne à morte de Virgulino Ferreira da Silva, os valores socioculturais sertanejos e, no que diz respeito à extinção do cangaço, às modificações na paisagem e na organização espacial sertaneja.

PALAVRAS-CHAVE: *Lampião; cangaço; Estado Novo (1937-1945); banditismo; mandonismo; coronelismo.*

I. PERSPECTIVA GERAL

Admite-se correntemente na literatura especializada sobre o cangaço — tácita ou explicitamente — que este fenômeno de banditismo teve seu ciclo encerrado pelo advento do Estado Novo. A argumentação gira em torno do que se segue: as modificações políticas no novo regime, sobretudo o projeto centralizador e o empobrecimento das prerrogativas locais em relação aos governos estaduais, agiram de modo a esterilizar o solo do qual brotavam os cangaceiros. Retirando-se o poder dos potentados locais, a possibilidade de escolherem não só seus candidatos a cargos políticos, mas também de elegerem juízes e delegados de polícia — possibilidade sempre presente na paisagem política nacional nos anos que antecederam 1930 e, sobretudo, 1937, moeda de troca pelo apoio político aos candidatos a Governador —, teria tornado o ar do sertão irrespirável aos cangaceiros. Isto por um motivo muito simples: os potentados locais eram os principais responsáveis pela existência destes bandoleiros, agindo como seus protetores, seus *coiteiros*.

Das prerrogativas dos potentados locais surgiam proteção judicial aos bandidos, obstrução das forças volantes interessadas em perseguir os bandos, armas e munições de uso militar, informação da movimentação das tropas, sítios tranquilos (os *coitos*) nas fazendas dos próprios coronéis ou

de ex-vaqueiros seus que lhes deviam favores. Em troca desta proteção, os chefes recebiam certos serviços de armas.

Em suma, de acordo com diversos autores, o Estado Novo e sua indissociável centralização teriam revolucionado o terreno político e cultural do Nordeste brasileiro. Teriam cortado, em suas raízes, a fonte de alimentação do banditismo que assolava o sertão, flagelando o pobre povo sofrido e engordando cada vez mais as barrigas dos chefes locais, as urnas dos oligarcas estaduais, os bolsos das autoridades policiais corruptas.

Doravante, rota a complexa teia das relações políticas urdida mormente pela trama das relações pessoais e familiares, fortalecido o poder Federal e instauradas as interventorias nos estados, o panorama modifica-se. O cangaceiro,ilhado, abandonado por seus patronos, sem o indispensável apoio logístico, arrebatado pela fome, pelo desarmamento, pela falta de equipamento em geral, teria caído como presa fácil das forças da repressão policial. Lampião e seu cangaço teriam morrido vítimas de um mundo político recém-nascido: o Estado Novo.

É bem verdade que os grandes fatos reforçam essas teorias ou hipóteses. Em 1938, no ano seguinte à instauração do Estado Novo, inúmeros jornais em todo o País — e alguns fora dele — ostentavam em suas primeiras páginas as notícias

sobre a morte dos onze cangaceiros degolados no cerco de Angicos e a foto de suas cabeças. Entre elas, a do “flagelo dos sertanejos”, o “Governador do Sertão”, o “Rei do Cangaço”: Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, durante dezesseis anos chefe do mais temido, célebre e fugidio bando de cangaceiros de toda a história do banditismo brasileiro. Ao lado da desconcertante imagem das cabeças, a fotografia do carrasco ou herói: o tenente João Bezerra, líder da volante que pôs um ponto final na sanguinolenta história de Virgulino e desferiu a primeira machadada mortal no longo ciclo do cangaço.

Todavia, o artigo que se segue pretende mostrar, pela via da observação microscópica de alguns fatos ocorridos durante os oito meses de coexistência do cangaço de Lampião com o Estado Novo, da comparação com situações vividas antes do golpe de Estado e da exposição de certos elementos preponderantes na cultura sertaneja (sobretudo o da defesa da honra) que não existe uma correspondência direta entre o fim do cangaço e a ditadura centralizadora promovida a partir de 1937.

II. COMO MORREU LAMPIÃO?

Seria adequado atribuir ao Estado Novo uma relação direta com a morte de Lampião, ou, mais amplamente, com o fim do cangaço? O massacre da fazenda Angicos, cerca de meio ano após o golpe de Estado, teria sido determinado por este fato político? O primeiro aspecto a ser abordado, no intento de responder a estas perguntas, deve ser o do ambiente no qual viveu o cangaço ao longo destes meses concomitantemente a da comparação com um período de verdadeiro assédio repressivo.

Lampião, nos anos de 1937 e 1938, não chegou a sofrer sérios reveses nem esteve exposto a um ambiente refratário por parte de seus protetores mais ou menos importantes. Muito pelo contrário, seu comportamento indicava um estranha tranquilidade em relação àqueles que o cercavam. Talvez, como afirma Mello (1985), Lampião estivesse tornando-se burguês demais para um guerreiro. Demasiado luxo, demasiado descanso, espírito por demais apaziguado. Uma das grandes demonstrações de sua confiança no momento presente foi precisamente o estacionamento num local inseguro e taticamente inadequado como era a ravina da fazenda Angico, às margens de um afluente do rio São Francisco, entre Sergipe e Alagoas. Um *coito* de uma só saída, como dizia

Corisco (cf. ARAÚJO, 1982b).

No ano seguinte à implantação do Estado Novo, Lampião vivia num clima muito diferente daquele que vivera dez anos antes. Entre 1927 e 1928, sob a égide do duro governo de Estácio Coimbra e da mão forte do Chefe de Polícia Eurico de Souza Leão, os cinco estados então freqüentados pelo bando chefiado pelo cangaceiro passaram de território à região inabitável. Pois, entre 28 e 30 de dezembro de 1926, os chefes de polícia destes estados, mais o da Bahia e o do Rio Grande do Norte, reuniram-se em Recife para firmar mais um convênio de ação conjunta contra o banditismo, reiterando uma tradição que remontava ao século XIX¹. A princípio, nada de novo em relação aos acordos firmados no passado. Com uma exceção: a repressão efetiva e sistemática aos *coiteiros*. Alguns meses depois, o telegrama enviado desde Custódia a 7 de agosto pelo Tenente Hygino Belarmino apresenta o novo quadro: “não viajaram ainda nem sequer por veredas pois seu trajeto viagem tem sido feito por caatingas diferentes seus pontos antigos”. Mais seis meses e o Major Teófanos Torres escreve que os cangaceiros estão “famintos por onde passam e maltrapilhos alguns seminus PT Lampião e Sabino assombrados não se arriscam mais a passar qualquer casa com raras exceções e sim ficam sempre no mato guardando certa distância então 3 e 4 bandidos em busca colher qualquer alimentação” (telegrama de Vila Bela a Souza Leão, 22/02/28).

Ao fim do ano de 1927, o ano de pesadela para os bandidos de Pernambuco e demais estados situados na margem norte do São Francisco, Eurico de Souza Leão apresenta os números da cruzada anti-banditismo: 198 capturados, entre bandidos, cangaceiros ou não; mortos: 40².

A ação da polícia junto aos *coiteiros* reduziu o bando de Lampião a seis homens mal alimentados e sem segurança para procurar quem quer que fosse. A sua única solução foi migrar para os estados da margem sul do São Francisco, a saber,

¹ A respeito deste, bem como dos demais convênios, ver *Relatório dos Presidentes de Província de Pernambuco*. Uma versão resumida, porém comentada, aparece em MELLO, 1985.

² Cf. REPARTIÇÃO Central de Polícia do Estado de Pernambuco, 1928.

Bahia e Sergipe. Se por um lado as notícias no período logo posterior à invasão frustrada a Mossoró, no Rio Grande do Norte, constróem um quadro de derrota e fracasso no que toca ao bando cangaceiro, por outro, o que ocorre quando o olhar do observador dirige-se ao momento histórico a partir do qual o cangaço cessou de existir?

No dia 29 de julho de 1938, uma sexta-feira, o *Jornal do Comércio*, de Recife, publica em sua página de abertura a primeira e maior das grandes manchetes que compõem o cabeçalho: “‘Lampião’ e mais onze bandidos foram mortos, ontem, pela polícia volante alagoana, durante um combate travado na vila Sergipana de Angicos”. No quadro contendo os textos das manchetes: “‘Lampião’ e sua grei foram mortos pela polícia alagoana”. Dia 30, a primeira declaração do Interventor Federal de Sergipe, estado onde Lampião fora morto: “Eliminado ‘Lampião’, tornam-se necessárias imediatas providências do governo federal, dando maior educação cívica, trabalho, justiça e escolas à família sertaneja, o que significa um grande passo para o combate decisivo ao cangaço”.

Esta última declaração sugere claramente a relação intrínseca entre a derrocada do cangaço e a política regional do Estado Novo, já pretensamente inaugurada pelos revolucionários de 1930. Ocorre somente que entre as declarações públicas e as atitudes micropolíticas de um homem público, como será visto adiante, existe uma grande diferença. Nenhuma das obras que versam sobre Lampião apresenta um quadro negativo da situação material ou moral de seus bandos em torno de 1937. Muito pelo contrário, como atesta Mello (1993), Lampião neste período conta com a proteção de pessoas influentes no cenário político do sertão nordestino, como é o caso do Dr. Audálio Tenório, por exemplo. Ainda segundo Mello, a situação financeira dos bandos e mais precisamente do chefe supremo é das melhores: jóias, roupas luxuosas para as mulheres, cerca de mil contos em dinheiro, ostentação de poder através da posse de objetos dispensáveis para suprir as necessidades diárias, tais como *flashlight* e *óculo de alcance* e, sobretudo — marca mais evidente de sua confortável situação em relação aos protetores influentes —, armamento atualizado e munição abundante.

Para além dos relatos de seus biógrafos, os relatos dos membros ainda vivos dos bandos tampouco descrevem um ambiente excepcionalmente difícil nos anos de ditadura. Sila, viúva do cangaço Zé Sereno, fala, é bem verdade, de diversos

confrontos com as forças volantes. Mas nada que possa merecer um destaque especial se cotejado com os experimentados uma década antes. E se, como propõe Mello (1993), apoiado pelas análises de Robert Levine, o comprometimento da longevidade do cangaço deveu-se à reestruturação da relação do Governo Federal com os poderes locais, obliterando as relações de reciprocidade dos cangaceiros com os chefes de município, então esta tese não se confirma. Um fato patente nos relatos de Sila é o apoio oferecido a diversos subgrupos por potentados locais. Uma relação, aliás, reiteradas vezes demonstrada com muita competência pelo próprio Mello em suas duas obras.

Ao seguirmos os passos dos últimos dias de Lampião, conforme nos chegaram pelo intermédio dos que os viveram de perto³, verificamos que sua morte não foi, diretamente, uma consequência do Estado Novo. Lampião não foi abandonado por seus protetores importantes, não foi delatado por chefes políticos interessados em sua morte ou incapazes de protegê-lo da mão pesada da ditadura Vargas. O legendário cangaceiro fora entregue ao ataque da volante do Tenente João Bezerra por um humilde *coiteiro* que fazia o papel de contínuo para o bando estacionado confiante e confortavelmente numa ravina próxima da bela paisagem do São Francisco. Uma delação feita sob a força do *argumentum baculinum* dos homens de Bezerra. Nem sequer, como posteriormente supôs Corisco, tratara-se de uma traição de alguém mais importante como o coronel Antonio Britto, da vizinha Piranhas. Uma suspeita justificável, porém infundada, que custou algumas cabeças à família de Domingos, o vaqueiro de Britto. Suspeita essa que, por seu turno, sequer tinha ilações políticas, nenhuma relação com o Estado Novo. Sua explicação deve ser buscada em outro poço, um poço no qual deve ser procurada a maior parte das explicações concernentes ao fenômeno do cangaço: nos laços de parentesco e na vingança de sangue. Este Britto, oligarca de Piranhas, era o “pai nosso” de sua neta Cira, esposa de João Bezerra. A cabeça do cangaço é sertaneja e sua primeira reação é a de procurar culpados entre os parentes dos agressores

³ Inúmeras são as obras que tratam deste episódio, entre elas desatacária: BEZERRA (1983); MELLO (1985); CONRADO (s/d); ARAÚJO (1982b); CHANDLER (1981) e o bom documentário de Capovilla, *Os Últimos Dias de Lampião*.

e puni-los de acordo com a equação da “dor a sofrer por um dano causado”. Nestes casos a aritmética é simples: ela exige a equivalência, ela quer um olho por um olho, um dente por um dente. Se cabeças rolaram em Angicos, cabeças rolarão na casa do vaqueiro Domingos e serão remetidas ao velho Britto.

III. SOBRE A LUTA CONTRA OS CANGACEIROS

Como se vê, estes são fatos que se passaram muito longe das decisões políticas tomadas no longínquo Palácio do Catete. Do mesmo modo como passou longe dos domínios federais e estaduais a pouca ou muita intensidade da repressão aos cangaceiros. Em outro lugar (cf. VILLELA, s.d.) procurei mostrar que o emprego de mãos armadas no combate ao banditismo não pertencia exclusivamente ao efetivo das Polícias Militares dos diversos estados cujo território era freqüentado por cangaceiros. Desde muito cedo, as inimizades nativas, as questões de honra e os ódios locais foram bastante capitalizados pelas autoridades competentes pela repressão. De outra parte, a possibilidade de perseguir um inimigo com o respaldo de uma farda e da legalidade foi igualmente capitalizada pelos inimigos de Lampião. De um modo geral, as volantes comandadas ou compostas predominantemente por sertanejos que tinham questões a resolver com Lampião eram as mais aguerridas e as mais temidas pelos cangaceiros. Dentre todos os nomes que combateram Lampião e seus homens, destacam-se os *nazarenos*, ou seja, os *contratados* ou efetivos da Polícia Militar nascidos na então vila de Nazaré (hoje Carqueja), localizada no centro-norte de Pernambuco⁴.

É recorrente na literatura especializada a denúncia de que os soldados volantes negaceavam o combate aos cangaceiros, quer por medo, quer

por corrupção, quer ainda por obstrução das forças judiciais apoiadas ou obrigadas pelos poderes locais a impedir a ação da polícia. Não obstante, e em que pese até certo ponto a precisão destas denúncias, não se pode reduzir a ação ou a inação dos soldados volantes a determinações dos poderes que lhes eram superiores. Existem inúmeros relatos em que chefes locais ou familiares seus foram desrespeitados em suas próprias jurisdições por soldados em busca de cangaceiros⁵. Assim, os próprios perseguidos sabiam qualificar os seus atacantes, não de acordo com o mandato de algum Governador ou Presidente, mas acima de tudo segundo a fama do chefe da volante que estava em seu encalço. Os resultados da repressão ao banditismo no sertão nordestino são menos uma função das determinações governamentais do que uma implicação das questões de honra entre cangaceiros e soldados volantes⁶.

IV. O GOVERNO E A POLÍTICA: SINÔNIMO OU ANTÔNIMO?

A princípio pode-se julgar que a política e o governo são essencialmente a mesma coisa. No entanto, um abismo separa um do outro quando o assunto é o cangaço. Atravessando o domínio do político e o do parentesco, as forças policiais sofriam as influências do paradoxo entre a política e o governo. Um exemplo disto foi o Coronel Liberato de Carvalho, o primeiro sertanejo a tornar-se Comandante da Polícia Militar da Bahia. Sua ascensão meteórica teve um impulso significativo ao ser nomeado Tenente-coronel em 1932, encarregado de comandar as Forças em Operação no Nordeste baiano. Liberato de Carvalho era de certa forma aparentado com a cangaceira Sila. Para ser mais preciso, deixo que ela mesma fale a respeito de suas ligações com esse Coronel. Ela diz que “para o Galdino, que era cunhado do Coronel Liberato de Carvalho”, foi entregue João do Mato, primeiro filho de Sila e Zé Sereno, chefe de um dos subgrupos do bando de Lampião. E

⁴ “Nazareno” era o nome genérico atribuído a todos os moradores da então vila de Nazaré, local onde os Ferreiras foram morar nos primeiros anos após sua querela com José Saturnino em Vila Bela. Para uma abordagem aprofundada sobre os nazarenos ver FERRAZ (1979) e LIRA (1990). “Contratados” eram todos aqueles que serviam numa volante sem serem membros efetivos das forças policiais. Todos os contratados eram sertanejos e muitos tinham questões pessoais com Lampião ou outros cangaceiros seus. Um outro motivo que fazia um jovem sertanejo desejar ingressar na polícia era a falta de oportunidade de integrar um bando de cangaceiros.

⁵ Relatos como estes aparecem sobretudo nos telegramas da Repartição Central de Polícia do Estado de Pernambuco (1922-1928).

⁶ A respeito dos problemas da honra nas sociedades mediterrâneas, existe uma vasta literatura sob a perspectiva antropológica, entre as quais destacaria as obras de PERISTIANI, 1965 e PITT-RIVERS, 1977. Marques (s.d.) trabalha a relação do cangaço com a honra sertaneja.

ele, Liberato, soube. “Ele era meio *coiteiro* também, sabe? Eu fui criada no Poço, mas minha irmã casou, o cunhado dela era vaqueiro de João Maria, que era irmão do Coronel Liberato. E eu fiquei lá em Serra Negra. Arranjei um namoradinho aí que era sobrinho de Coronel Liberato. Quando Zé Sereno me carregou, eles ficaram revoltados [...] e tinha um menino que era filho de Nanã que era irmã do Coronel Liberato [...]. O Paulo era garotinho [...] ele escondia [sic] atrás da igreja, mandava rosas para mim e diz [sic] que era meu namorado”⁷.

Caso prestemos mais atenção ao corpo policial, ou seja, caso vasculhemos a composição básica das suas camadas inferiores, vamos encontrar outros casos de parentesco e até mesmo de amizade entre policiais e cangaceiros. Este era o motivo pelo qual os comandantes das colunas volantes guardavam estrito segredo de seus planos e das suas operações ante seus homens.

As intenções dos governos estaduais em relação a Lampião muitas vezes não atingiam a zona das batalhas em questão. Políticos locais, com influência estadual, eram protetores de Lampião, como o deputado João Gonçalves Sá. De resto, quantos prefeitos, ou intendentes, são flagrados em acordos com o cangaceiro? O de Capela é um bom exemplo explosivamente divulgado na imprensa. O *Imparcial* de 6 de dezembro de 1929 noticiou: “É incrível! Mas Capela recebeu o bando em triunfo”. Ao aproximar-se daquela cidade sergipana, em 25 de novembro, Lampião mandou chamar o intendente, Sr. Antão Corrêa, e tornou sua chegada de fato triunfal, entrando em carro aberto, ao lado de Corrêa.

Mas o que melhor pode esclarecer a distinção das disposições governamentais daquelas da política local sertaneja é o caso do Cariri. Os telegramas enviados desde Vila Bela ao Chefe de Polícia de Pernambuco são muito conclusivos. Por exemplo, a ausência de Lampião no local marcado para receber suas encomendas vindas de Juazeiro foi interpretada por Teófanos Torres como um “prova da vergonhosa e revoltante proteção que os homens zona Cariri Ceará continuam dispensando grupo famigerado Lampião e Sabino Gomes” (RCP Vila Bela, 28/03/28). Isto num momento em que a guerra declarada pelos governos

estaduais contra Lampião era total.

Não se trata de esgotar o problema dos políticos *coiteiros* do sertão nordestino, fato que explorei com mais profundidade em outro trabalho (VILLELA, 1995). Importa, contudo, chamar a atenção para o que ocorria num nível político inferior à política estadual. Levando em conta a realidade da política coronelista, os fatos descritos acima não devem surpreender. Queiroz (1977) descreve um quadro político que mescla efetivamente características de um sistema segmentário com as de um Estado territorial. Por outras palavras, nas fundações de uma sociedade estatal, sustentam-na pilares característicos de sociedades segmentárias. É bem verdade que a estrutura sócio-política coronelista supõe um governo diferenciado; porém, segmentos de poder, pequenos coronéis, segundo Queiroz, formam um Estado menor, fragmento de um maior, no seu reduto eleitoral. É lá que ele exerce o seu poder e ali tem de prestar seus serviços. Desses pequenos estados estão formados os estados dos coronéis maiores, até que se chega ao Estado brasileiro, na escala federal.

Se o governo tendia à centralidade do reduzido grupo de políticos que detinha o poder federal, como afirma Faoro (1976), nos seus domínios, uma vez obedientes aos seus superiores, os coronéis mantinham toda a sorte de prerrogativas⁸. Como afirmou José Américo de Almeida, o “chefão enfeixava todos os poderes. Todos dependiam de sua influência: a justiça, a política, o fisco, o magistério” (CAMARGO *et al.*, 1984: 120). No seu território político, o coronel indicava a seus protegidos o nome do Prefeito e do Governador a serem eleitos. Caso não fossem obedecidos, tinham seus cabos eleitorais que ensinavam o nome certo a eleger. Se tudo falhasse, podiam ainda recorrer ao “bico de pena” no momento da apuração.

8 “As constituições estaduais dão aos municípios completa liberdade administrativa e financeira; a autonomia permite às Câmaras controle total das rendas e verbas [...]. A nomeação do chefe de polícia depende, também, dos grupos no poder [...]. Finalmente, as tentativas de dominar os cargos judiciários completam o quadro [...]. É comum os coronéis fazerem pressão para a remoção daqueles que pretendem exercer a profissão com imparcialidade” (CARONE, 1970: 253). De todo modo, o próprio Faoro reconhece e demonstra muito bem este trânsito complexo do jogo de poder na hierarquia das instâncias federal, estadual e local.

⁷ Entrevista ao autor em São Paulo, 1995.

As indicações políticas iam e vinham, então, num duplo sentido. Se os chefes locais fizessem o que os políticos das instâncias superiores desejavam, teriam suas prerrogativas e, por outro lado, estes últimos não deveriam abusar da boa vontade daqueles. Quem o afirma é alguém com muita experiência: o oligarca Epitácio Pessoa já havia eleito dois Governadores da Paraíba, João Suassuna e Solón de Lucena, antes de indicar seu sobrinho, João Pessoa, como candidato. O que podia suceder a João Pessoa, perguntava-lhe o tio, se estava disposto a destruir a sua própria máquina? E, depois, sabiamente aconselhava: “Já te disse mais de uma vez: ninguém pode extirpar *num instante* vícios arraigados *desde anos* [...]. Não me parece acertado *surpreender* os chefes políticos com decisões radicais, lançando entre eles a perturbação e o descontentamento; se estão praticando atos contrários às boas normas da administração e da política, parece-me que o verdadeiro é chamá-los e proibir que continuem a proceder assim, ou determinar que revoguem seus atos [...]” (*apud* CAMARGO *et al.*, 1984: 120-121).

Mas o que pretendia fazer de tão grave, na Paraíba, João Pessoa? Tudo aquilo que teria, segundo muitos autores, levado o cangaço ao desaparecimento sete anos após a morte do Governador.

V. GOVERNO, POLÍTICA E CANGAÇO NO ESTADO NOVO

Inicialmente, que seja retificada uma datação inadequada. Costuma-se situar em 1940 o fim do cangaço. Este é na verdade o ano da morte de Corisco e da prisão de sua mulher, Dadá. Isto, fundamentalmente, porque Corisco é considerado o último cangaceiro, já que todos os demais tinham sido presos, exterminados ou aproveitados a anistia ofertada pelo Presidente Vargas. Não obstante, ao ser morto pelo Aspirante José Rufino, Corisco já não era um cangaceiro. De fato, ele recusou-se a entregar-se, mas já não tinha qualquer condição física de seguir na vida árdua do cangaço. Antes de sua fuga, Corisco cortara os longos cabelos — moda entre os cangaceiros desde que Lampião deixara os seus crescerem —, livrara-se de seus *arreios* e era um homem impossibilitado de sustentar um arma longa devido aos ferimentos recebidos nos braços⁹. Corisco estava migrando para o Sul, o que faz dele um retirante ou um

⁹ *Arreios* era o termo empregado pelos cangaceiros para referirem-se ao seu equipamento que também

fugitivo e não um cangaceiro.

Retomemos, antes de avançar, as principais alegações fornecidas pelos autores que interpretam a derrocada do cangaço à luz do advento do Estado Novo. A ditadura imposta a partir de novembro de 1937 teria restabelecido a autoridade do governo central, perdida durante todos os anos da Política dos Governadores, instaurada por Campos Sales. Os funcionários municipais, entre eles juizes de comarca, delegados de polícia e mesmo professores, teriam passado a ser nomeados pelo Governo Federal. A comunicação que ligava harmoniosamente os interesses locais aos estaduais e vice-versa teria desaparecido em virtude das Interventorias Federais. Enfim, o “impacto revigorante do regime forte sobre a máquina de repressão ao banditismo — e sobre a própria eliminação do maior dos cangaceiros” (MELLO, 1993: 115) — teria cortado as prerrogativas dos potentes locais, entre elas a mais importante de todas, a possibilidade de montar seus exércitos privados ou de dar proteção ou apoio logístico aos bandidos. Teria forçado as autoridades competentes a cumprir a sua função de perseguir e capturar ou matar os cangaceiros¹⁰.

Desnecessário retomar a argumentação apresentada anteriormente no que concerne às relações do cangaço e da política com a realidade sociocultural sertaneja. Mas alegações como as do parágrafo precedente esbarram em problemas mais propriamente históricos. O processo de centralização não é uma iniciativa do Estado Novo e sim de 1930. O fortalecimento do poder federal é o resultado de um longo processo iniciado desde a Revolução de 30. Data, por exemplo, de 1931 o Decreto 20.348 que subordinava os Executivos estaduais ao poder do Executivo Federal no tocante à política orçamentária. O sistema de interventorias federais fora implantado logo após a Revolução.

O sistema de centralização administrativa conta com alguns tópicos principais: 1) as interventorias; 2) os institutos; 3) as autarquias; 4) os conselhos

era chamado de *cangaço*. Para um relato completo da vida de Dadá e Corisco, ver ARAÚJO, 1982a. Para um relato detalhado do combate que alijou Corisco do cangaço, ver a participação de Dadá na Mesa Redonda realizada quando da inauguração do Museu do Cangaço de Aracaju (em VHS).

¹⁰ A este respeito ver também MELLO, 1983: 196-200, sobretudo.

econômicos. Dentre esses tópicos, interessam-nos aqui as interventorias que são “o elemento chave nas relações do governo central com os estados, representando efetivamente um meio de enfraquecer as oligarquias regionais pela perda das condições institucionais de sua autonomia”. Mas o historiador não hesita em afirmar que “o controle do Executivo federal sobre os grupos dominantes regionais viabilizado pelo sistema de interventorias não seria absoluto” (DINIZ, 1991: 110). Foi necessário, argumenta ainda Diniz, algum tipo de composição entre os interventores e os grupos locais mais fortes.

Existem alguns exemplos muito claros desses arranjos. Diante das pressões sofridas por Vargas em 1932, em decorrência do movimento contrarrevolucionário de São Paulo (a chamada Revolução Constitucionalista), houve necessidade de recorrer a auxílios provindos do bastião do *Ancien Régime* de coronéis como Laudri Sales, do Piauí e Lima Cavalcanti, de Pernambuco. O interventor federal da Bahia, Juraci Magalhães, relatou exultante a Getúlio Vargas que “os nossos amigos da região do São Francisco haviam-no ajudado a manter a Bahia fora da revolução, principalmente Carinhanha” (município freqüentado por Lampião). A tentativa, exitosa, era a de deter os bernardistas no seu tentame de espalhar a revolução desde São Paulo para todo o Brasil. A confiança depositada por Juraci Magalhães em seus “amigos” era o início de uma aliança política destes homens entre o Governo centralizador e os poderes locais, segundo Pang (1979: 220-228). O mesmo Pang entende que, sem a política coronelista, Juraci Magalhães não poderia ter obtido sucesso enquanto interventor na Bahia. A esse respeito, vejamos o que publicou *O Diário da Bahia* em sua primeira página da edição de oito de janeiro de 1932. Sob a manchete “O Glorioso Brasileiro, J.J. Seabra, fala à alma livre da Bahia”, segue-se a declaração do próprio: “Conversando sobre a política do meu estado, perguntou-me o Sr. Getúlio Vargas como ia o Interventor da Bahia. Respondi-lhe que [...] politicamente ia mal. [...] O Sr. Interventor resolveu enveredar por uma política inteiramente contrária aos intuítos da Revolução nos seus propósitos regeneradores. Assim é que entregou cada um dos quatro distritos eleitorais a pessoas sabidamente conhecidas como rubros reacionários, antiliberais. O primeiro distrito entregou ao Sr. Pacheco de Oliveira [...] [explica que com ele já havia ocorrido alianças, inclusive o próprio Seabra e Muniz Sodré não se candidataram às eleições de 1927

assegurando-lhe a vitória. No entanto, na hora do apoio ao candidato à presidência, Pacheco “resolvera ficar com o Julio Prestes, porque este ia vencer”]. Em consequência deste fato, na eleição seguinte, em que se procederam as eleições conjuntas de Presidente e Vice-Presidente da República, deputados e senadores federais, tendo abandonado o seu Partido [Democrata], foi apresentado na chapa completa que o governo de então, apoiado pelo Sr. Washington Luiz, impôs à Bahia. O segundo distrito consta-me que confiou ao Sr. Medeiros Neto, reacionário reconhecidamente intransigente [...]. No terceiro distrito, investiu ao Sr. Altamirando Requião [oposição à Aliança Liberal e ao próprio Getúlio]. A direção do quarto distrito deu ao Coronel Franklin de Albuquerque, que, não há quem ignore, foi um dos chefes sertanejos escalados pela situação decaída para combater os revolucionários, a quem perseguiu até as fronteiras da Bolívia. Lembrei-lhe que o Sr. Góes Monteiro (em cujas forças o Coronel Franklin havia servido, quando juntos combateram os revoltosos no governo do Sr. Arthur Bernardes), ao rebentar a revolução de Outubro, dirigiu a este seu amigo e velho camarada, longo telegrama, concitando-o a colocar-se ao lado do movimento libertador; mas o Sr. Franklin respondeu que faria hoje o que fez sempre, cooperar, com todas as suas energias para o completo aniquilamento dos empreiteiros de desordens que infelicitam o País” (*Diário da Bahia*, 08/01/1932).

Dois dias depois, o mesmo jornal publica, também na primeira página, a manchete “Em Torno da Aliança Política Franklin de Albuquerque-Juraci Magalhães”. Segundo a reportagem que se segue, sob as ordens de detenção, Franklin de Albuquerque ficou à disposição da Delegacia Militar para que o juiz de Direito da Comarca de Bonfim instaurasse um inquérito para apurar os seus crimes. Não obstante, segue ainda o texto do jornal, houve uma aliança com Juraci Magalhães que justificaria a impunidade e o cargo daquele na administração deste último. Pouco importa se, cerca de uma semana depois, o pedido de demissão de Juraci Magalhães foi aceito por Getúlio Vargas. O que está em questão aqui, e é demonstrado na longa citação apresentada, é que sob o programa de centralização iniciado desde 1930 estava subjacente uma política, senão idêntica, ao menos sustentada pelas mesmas bases que sustentavam o regime coronelista pré-revolucionário no que concerne à comunicação entre poderes estadual e local, sendo

que o Governo do estado estava sob a competência direta do Governo Federal, através de seus interventores.

Ora, em todo caso, o programa de centralização e desprestígio dos chefes locais, no nível capilar, era mesmo anterior à Revolução de 30. José Américo de Almeida deixa claro que, antes mesmo das eleições presidenciais que precederam o 1930, João Pessoa pretendeu fazer o mesmo, ou teria feito no estado da Paraíba mais do que a própria Revolução. Ele queria dar uma “vassourada” na política que privilegiava o mandonismo: “Primeiro, pela severidade com que administrava as finanças. Segundo, pelas medidas tomadas contra a política municipal, que baixara a um primarismo muito grande. Chegou a destituir muitos correligionários [...]. Ele nunca atendeu a um chefe, nem na Paraíba, nem para a polícia, nem para o fisco, nem para a justiça. E raramente aceitava as indicações do chefe para o magistério” (CAMARGO *et al.*, 1984: 120).

Se João Pessoa pretendeu destruir a base do mandonismo, no seu tripé de sustentação, ou seja o fisco, a polícia e a justiça, estaria impossibilitando a existência do cangaço na Paraíba. Mas, se se verifica neste período uma ausência de Lampião dos sertões daquele estado, o fato é que João Pessoa foi assassinado oito anos antes do cangaceiro.

As reformas pretendidas por João Pessoa, iniciando-se pela indicação dos nomes que comporiam a chapa de seu partido e finalizando com a ordem de desarmamento do sertão, geraram contra ele uma onda de revoltas que despoletaram uma revolução sertaneja que teria dado oportunidade a uma intervenção federal no estado, caso assim o desejasse o então Presidente Washington Luiz. Por que tanta resistência contra as modificações de João Pessoa e tanta boa vontade e simpatia com Juraci Magalhães? As reformas iniciadas em 1930 e incrementadas e endurecidas pelo Estado Novo talvez não tenham sido tão incisivas quanto as do paraibano. Como disse Lampedusa, algumas coisas têm de mudar para que tudo continue a ser como é.

VI. DE NOVEMBRO DE 1937 A JULHO DE 1938

Poder-se-ia, então, entender que os sete anos que separam a Revolução do Estado Novo não foram suficientemente duros com a política do mandonismo ao ponto de dissuadir seus líderes de apaniguar bandidos ou de apoiar o cangaço? O que pretendo mostrar desvia-se um pouco desta

linha de argumentação. Meu ponto de partida é que as reformas levadas a cabo no nível macroscópico demoram a penetrar ou simplesmente não penetraram nas camadas capilares da política. Tomando-se isso em conta, apenas oito meses seriam capazes de modificar o *modus operandi* dos potentados locais ao ponto de impossibilitar a existência de um fenômeno sociocultural que já durava, ao menos, sete décadas? Seriam capazes as novas prescrições vindas do distante Sul alterar as relações sociais, os laços de parentesco, anular as exigências da vingança familiar e pessoal do sangue¹¹?

O parentesco e a honra foram, desde sempre, os grandes geradores de cangaceiros; muito mais importantes do que a fome e a seca. Desde o final do século XVIII, cangaceiros renomados como o Cabeleira, Jesuíno Brilhante, no século XIX, passando pelos afamados e honrados cangaceiros do início do século XX como Casimiro Honório, Antonio Silvino e Sebastião Pereira, até os casos dos bandidos da época de Lampião, todos os homens tornados célebres na ilegalidade pela vida das armas, tiveram atrás de si uma história de *vendetta*. Como coloca Marques (s.d.), o assassinato de um parente, a defloração de uma irmã, a expulsão das terras, o roubo ou o morticínio de animais de criação, além de uma longa lista de incidentes que sob uma perspectiva exterior serão vistos como fatos irrelevantes, foram muitas vezes respondidos com a voz da bala, resultando na morte de pessoas cujo grupo próximo ligado a elas por laços de parentesco ou de afinidade responderia na mesma linguagem o mais prontamente possível, desencadeando guerras de família. Os que não tinham em sua retaguarda a força dos procedimentos legais eram tentados a ingressar nas fileiras de bandos ilegais para a própria proteção da ação dos favorecidos pelo sistema jurídico-policial. Outras vezes, a possibilidade mesma de resposta a algum *agravo* era *cair* no cangaço: “Se construirmos um inventário das causas alegadas pelos cangaceiros como fator fundamental de sua adesão ao bando de Lampião — cujas alegações deverão estar incluídas também — notaremos nas listas a prevalência esmagadora das razões de honra, tais como as entendem os sertanejos. Uma

¹¹ As relações entre o parentesco e o coronelismo são exploradas por QUEIROZ (1977). A propósito da importância do parentesco no cangaço propriamente dito, a obra de referência é MARQUES (1995).

só palavra é capaz de resumir a quase unanimidade dos casos: vingança [...]. Todo um enorme rol de motivos é construído a partir de determinadas agressões que pelo menos tanto quanto a carne, aflige a honra; não só a honra de um indivíduo, na maior parte das vezes, mas a de um determinado grupo, normalmente de parentes, do qual um certo homem será o seu representante na vingança” (MARQUES, s.d.: 02).

É ainda Marques quem elabora a cadeia dos fatos, segundo o relato de ex-cangaceiros, que leva um sertanejo ao cangaço: “1). um tipo de agressão à honra é sofrido; 2). o futuro cangaceiro vai procurar as autoridades competentes para que o culpado de sua desventura — e sobretudo desonra — seja punido; 3). por qualquer motivo, normalmente traduzido no mais vil dos descasos quando não são alegadas razões de alianças pessoais que garantem a impunidade do culpado, a polícia ignora seus deveres punitivos; 4). o futuro cangaceiro trata de sua vingança; 5). a polícia passa agora a persegui-lo, finalmente reivindicando seus deveres: volta-se sempre contra a primeira vítima a sede punitiva das autoridades; 6). implacavelmente perseguido, o vingador vai diretamente, ou após algumas tentativas de outro tipo sem êxito, procurar refúgio junto a um grupo de cangaceiros e assim engrossa as suas fileiras” (MARQUES, s.d.: 02-03).

Diante desta realidade, o fugitivo da polícia ingressa num grupo de bandoleiros porque não conta com a proteção de um coronel. O seu coronel (coronel sem terra, na formulação de Mello, 1985) é o chefe do bando, este sim, autor de uma complexa trama urdida com a cumplicidade dos potentados locais. Como bem observou Marques (1995), Lampião herdou uma primeira parcela de suas alianças políticas de seu ex-chefe Sebastião Pereira, membro da antiga aristocracia do Vale do Pageú das Flores. Rede que iria ampliar-se de tal modo que passou a contar com algumas das mais importantes autoridades dos sertões de seis estados.

É este tipo de relação que o Estado Novo não poderia ter desintegrado em oito escassos meses. Relações baseadas não somente no interesse financeiro, mas, muitas vezes, na amizade, no respeito, na consideração, na lealdade. Não fora este o caso do Dr. Audálio Tenório, ex-deputado e chefe político do município de Águas Belas, em Pernambuco, que, como nos conta Mello (1985), no início de 1937 saiu de sua fazenda Barra

Formosa guiado por um “positivo” de Lampião cujo objetivo fora a marcação de um encontro na fazenda de Manuel Maranhão? Lá, o cangaceiro esperava Audálio Tenório, entregue a lamentos e maldições, secando constantemente as lágrimas que escorriam de seu olho esquerdo — o que enxergava. O Dr. Audálio Tenório fora encarregado por Lampião de procurar uma cura para a doença que o tornaria cego não fosse a intervenção do primeiro. Tenório deslocou-se então até Recife, onde consultou o Dr. Isaac Salazar, antigo médico do Padre Cícero. De Volta a Águas Belas, é Audálio quem se encarrega do tratamento constituído de injeções e aplicação tópica de um bálsamo. Tratamento ao qual, segue Mello, Lampião entregou-se confiando integralmente no amigo (MELLO, 1985: 207-208).

O emaranhado político criado por Lampião não poderia ser anulado por decretos firmados pelo governo federal, porque eram baseados na amizade, na relação entre companheiros, entre iguais. Afinal, o Estado Novo não foi capaz sequer de eliminar os protetores de Lampião existentes em seu próprio seio. Em 1929, surge nos jornais das capitais nordestinas uma fotografia de Lampião que se tornaria, no futuro, uma das mais famosas entre todas. O cangaceiro está de pé sob seu amplo chapéu de couro de abas *quebradas* para cima, sem enfeites; óculos, lenço no pescoço; debaixo de cada braço um embornal repleto; na cintura, a arma curta; na mão direita, o indefectível fuzil *Mauser* e nas canelas as perneiras militares presenteadas pelo fotógrafo. Este último, um Capitão do Exército, médico, residente da Fazenda Jaramataia, onde a *chapa* fora tirada, e chefe político do município de Gararú. Trata-se do Capitão Eronildes de Carvalho que, no ano da morte do cangaceiro, era “coiteiro”, filho de “coiteiro” e, além disso, ocupava um outro cargo de maior envergadura: Interventor Federal do estado de Sergipe. O coronel Antonio “Caixeiro” de Carvalho, proprietário de fazenda Pau Preto, era pai de Eronildes e “coiteiro” de cangaceiros, sobretudo do subgrupo de Zé Sereno¹². A esposa deste último, Sila, relata uma aventura de um de seus irmãos cangaceiros, chamado Novo Tempo, muito reveladora dos laços de fidelidade que prendiam o coronel a seus protegidos (e virtuais protetores). Ferido e em fuga pelas caatingas de Sergipe, Novo

¹² A respeito das relações de Antonio Caixeiro e de Zé Sereno ver ARAÚJO (1987) e SOUZA (1995).

Tempo refugiou-se na fazenda Pau Preto, junto ao vaqueiro de Antonio Caixeiro, chamado Antonio José. Sob o pretexto de protegê-lo, Antonio José levou-o para o mato, despojou-o das armas e desferiu um tiro com um revólver calibre 38 no ouvido do cangaceiro. Julgando-o morto, abandonou-o no mesmo local. Em seguida rumou para outra fazenda do patrão e lá contou a ele o que havia feito. Eis a resposta de Antonio Caixeiro: “Você qui si meteu nessa disgracera qui saia dela! Dá sua família cuidado eu, mas por você num dou um tostão furado. E suma daqui qui eu não quero mais lhi vê. Suma daqui [...]”. Após sair da propriedade do patrão, Antonio foi preso, torturado e morto pelos companheiros de Novo Tempo. Ao ser avisado do ocorrido, Antonio Caixeiro teria dito a Zé Sereno que, caso este não tivesse tomado alguma providência, ele mesmo o faria (ARAÚJO, 1987: 61-62). A todos os que têm intimidade com a cultura sertaneja não lhes é desconhecida a ordinária confiança, respeito e amizade existente entre vaqueiro e fazendeiro. Laços profundos unem as famílias de um e de outro. Imaginar-se-ia com facilidade que a atitude de Antonio Caixeiro deveu-se ao temor despertado pelos cangaceiros. Sem dúvida, isto conta. Mas a vida de Antonio José perdera todo o valor aos olhos do patrão, sobretudo porque ele traía a sua confiança traindo a confiança dos amigos dele. Além disso, e talvez ainda mais grave, Antonio José quis matar Novo Tempo por um motivo mesquinho. Não havia *questão* entre eles; nada a vingar. Sua finalidade, abjeta no meio sertanejo, era a de roubar as riquezas do cangaceiro.

Nota-se que todo um código de honra, ligado ao compromisso, à capacidade de honrar a palavra dada, manter a fidelidade, cimento das relações sociais naquela cultura ganadeira, muitas vezes é mais importante do que as leis e as pressões vindas de um mundo que lhe é exterior. O Estado Novo não teve seguramente os meios necessários para intervir nas relações de amizade, solo fundamental da rede de proteção, informação e contra-informação criada pelos cangaceiros. A ditadura não podia intervir no vasos capilares do parentesco, do amor filial e (por quê desprezar este fator?) da possibilidade de contar com a amizade de um homem tão poderoso quanto o era Virgulino Ferreira, Lampião.

VII. A MORTE DE LAMPIÃO, O TEMPO, O ESPAÇO E A EXTINÇÃO DO CANGAÇO

“As Muitas Mortes de um Rei Vesgo” é o título

do penúltimo capítulo de *Guerreiros do Sol*, de Frederico Pernambucano de Mello, também publicado com algumas alterações à guisa de prefácio à terceira edição de *Como dei cabo de Lampião*, escrito por João Bezerra e publicado pela primeira vez em 1940. Ali, Mello desenvolve uma rigorosa classificação dos motivos da morte de Lampião:

1) as filmagens feitas em 1936 e divulgadas ainda no mesmo ano teriam desencadeado uma explosão de fúria e indignação do Governo Federal, desmoralizado perante a opinião pública. Via-se na película, como se vê até hoje nos escassos onze minutos sobreviventes aos descuidos de armazenamento, um grupo de foragidos da justiça na tranqüilidade de um rancho composto por tendas, dançando, brincando, os homens encenando batalhas diante da lente do cinegrafista; via-se Lampião em sua *toilette*, descuidado, enquanto Maria Déa dava-lhe um suave empurrão para que este se desse conta da câmara diante de si. E depreende-se daí, sobretudo, que qualquer um que se aventurasse pelas caatingas poderia encontrar o temido bando. Suposição, aliás, muito equivocada pois não foi Abraão, o cinegrafista, quem encontrou o bando, mas o bando que, sabendo de seus planos, tratou de contactá-lo. Caso este último não tivesse provado as suas intenções, teria sido sacrificado sumariamente;

2) a tecnologia bélica de Lampião, superior à das volantes desde 1926, estava comprometida devido à introdução nas forças volantes de armamento automático portátil, a saber, metralhadoras *Bergmann* e *Royal*. O cangaceiro, em que pese a sua dedicação, jamais conseguiu obter armas automáticas;

3) a idade, a disposição e a saúde de Lampião, aos quarenta e um anos, não eram equiparáveis a de dez ou quinze anos atrás. O cangaceiro já não tinha a resistência necessária para suportar a vida dura típica do cangaço. Sua arma tática, a tão decantada mobilidade, tinha sido abandonada há algum tempo. Lampião praticamente fixara-se em Sergipe, nas propriedades de Eronildes de Carvalho, e despachava seus imediatos para outros estados. Seus hábitos haviam-se tornado burgueses e a preguiça substituíra a boa disposição;

4) o próprio João Bezerra, a sua determinação em liquidar Lampião, em equiparar-se-lhe em fama, em obter as suas riquezas, fizera dele um inimigo ferrenho. Bezerra faria todo o possível, suplantaria todas as barreiras para liquidar com suas mãos o grande inimigo, inclusive ocultar informações de alguns dos mais tradicionais perseguidores de Lampião, como foi o caso de Manuel Neto;

5) o Estado Novo teria desarticulado as redes de apoio a Lampião minando a impenetrabilidade das fronteiras estaduais e das propriedades fundiárias¹³.

Existe um outro fator na sistematização de Mello — e este é o que julgo ser o mais importante — e refere-se ao tempo e ao espaço. A modificação da paisagem dos sertões era acompanhada do povoamento da caatinga, criando um ambiente irrespirável para o cangaço de Lampião. O passar dos anos trouxe novas práticas sociais, sempre acompanhadas de novos implementos técnicos. Estradas, de ferro e de asfalto, começaram a recortar o espaço liso da caatinga. Eles levavam e traziam tropas de perseguição e, provavelmente mais grave ainda, tornavam transparente a invisibilidade cuidadosamente construída pelo chefe cangaceiro. A alguns metros de altura, os fios dos telégrafos criavam uma rede cada vez mais apta a conduzir as mensagens policiais que denunciavam a localização de bandos, cada vez mais parelha àquela criada com tanta eficácia pelos cangaceiros. O rádio telégrafo e as estradas substituíram uma organização espacial na qual o trajeto subordinava os pontos a atingir por outra na qual o trajeto estava subordinado pelos pontos. Em outras palavras, uma relação com o espaço na qual os estacionamentos são condições de continuidade na trajetória é vencida por outra em que

os pontos de parada passam, eles sim, a constituir objetos do deslocamento, como em toda organização sedentária¹⁴. Aliados à delimitação das propriedades, estes dois fatores impediriam que se erigisse um sistema de mobilidade comparável ao que fora feito entre os anos de 1922 e 1938. Como disse-me o Sargento José Ramos, “hoje, com todas estas cercas, não podia existir cangaço”. Ou, como enfatizou o coronel Jerônimo Ribeiro, “a caatinga não existe mais”.

Pode bem ser pertinente a afirmação segundo a qual estas novidades no panorama sertanejo foram um manifestação do regime estadonovista. Não obstante, creio não ser consistente confundir uma política de obras públicas, de industrialização e, por fim, de urbanização com um conjunto de intervenções políticas cujo objetivo fosse a modificação real da relação entre chefes políticos locais e estaduais da qual resultava a criação de exércitos armados ilegais de forma alguma, ao contrário do que sugerem alguns, desaparecida com a instauração do Estado Novo. Muito pelo contrário, a morte de Lampião e a extinção do cangaço — apenas uma entre muitas modalidades de banditismo no sertão nordestino — não pode ser confundida com a extinção do jaguncismo, fruto da mesma ordem de coisas que teriam, segundo outros, produzido o cangaceirismo. Se o novo regime fosse capaz de alterar a cultura política nordestina em sua microscopia, tanto quanto o cangaceiro, o jagunço teria desaparecido de seu cenário político. No entanto, sabemos que este último resiste firmemente até em nossos dias.

As modificações concernentes à organização espacial referidas acima, evidentemente são o fruto de uma ação estatal cujo produto é a criação de um espaço estriado. É um desafio para aquele tipo de banditismo nômade, mas não para qualquer tipo de banditismo. Foras-da-lei sedentários que são,

¹³ É bem verdade que estas medidas foram tomadas. Não obstante, não há nenhuma novidade nelas. Como bem se sabe, e talvez Mello melhor do que ninguém, a inviolabilidade das fronteiras foi rompida sucessivamente desde os primeiros acordos interestaduais para o combate ao banditismo no Nordeste. Quanto ao impedimento para se entrar em propriedades privadas, não são poucos os relatos afirmando que ele era muitas vezes desrespeitado. O próprio Sargento José Ramos, ex-soldado volante da PM da Bahia, disse a mim que se uma coluna estivesse no rastro de um grupo de cangaceiros, não se hesitava em invadir propriedades na tentativa de capturar os inimigos.

¹⁴ A respeito do espaço nômade ver DELEUZE e GUATTARI (1980). Em outro trabalho dediquei toda uma investigação para demonstrar que a organização do espaço cangaceiro sob o domínio de Lampião era do tipo nômade, conforme o analisam esses autores. Os bandos cangaceiros não tinham pontos fixos nem uma região ou lugar em torno do qual gravitavam. Tampouco efetuavam, como ocorre com muitos outros tipos de banditismo, uma binarização do espaço em que existe em território de esconderijo e um outro de ação. Para um maior aprofundamento do problema, ver VILLELA, 1995.

itinerantes sob as ordens de seus patrões, os jagunços e as *armas-de-aluguel* podem resistir a ele sem sentir sequer os seus efeitos. Quanto ao cangaço, nutrido pela invisibilidade, pelo movimento absoluto, norteados muito mais pelos encontros do que pelas rotas previamente estabelecidas, ele não pôde sobreviver seguramente ao estriamento de seu espaço liso.

VIII. O CANGAÇO NAS ANÁLISES SOCIO-LÓGICAS

Diante da enorme complexidade, apanágio da sociedade sertaneja, deveríamos, a pretexto de tornar mais “sociológicas” as nossas análises, procurar explicações para os fenômenos que lhes são característicos em seu exterior? Nas leituras a respeito das possíveis causas do cangaço encontramos, muito amiúde, explicações jurídicas, geográficas e econômicas. O cangaço foi causado pela falta de justiça que imperava no sertão durante a República Velha; ou então foi causado pelas duras secas que assolaram a região, sobretudo a dos anos setenta do século XIX, em que se dataria o início do chamado “ciclo do cangaço”; ou ainda foi provocado pela má distribuição de renda, pela pobreza e pela miséria, pelo abandono do sertanejo à sua própria sorte pelas autoridades políticas; ou, afinal, pelo fim da Guerra Civil americana e conseqüente abandono da Inglaterra do mercado de algodão brasileiro. A derrocada do cangaço costuma ser debitada a um regime duro, inflexível, que modificou as relações políticas inauguradas por Campos Salles, mas que eram já existentes desde a época da colonização.

Impossível negar a relevância relativa de todos esses fatores. Mas quase sem exceções, os analistas pagaram um preço demasiado alto pelo traje sociológico de suas análises, talvez por serem elas exageradamente *prêt-à-porter*. Dirigindo seus olhares para o exterior ou para o que estava ausente, negligenciaram o principal interessado no caso: os valores sociais do sertanejo e, mais ainda, as suas práticas correlativas. Embora ex-cangaceiros e cangaceiros justifiquem os seus atos de violência pela via da falta de justiça, como assinalou Marques (s.d.), seria preciso comprovar, também como enfatizou Marques, esta falta de justiça que está na origem da modificação definitiva de suas vidas. O defloramento de uma irmã, uma surra, o insulto no dia da feira, podem ser pagos com a simples prisão temporária do agressor? A prisão desagrava a honra? Limpa o sangue? A masculinidade e o pundonor, tão importantes no código sertanejo,

podem ser afirmadas por meio de uma queixa-crime bem acolhida pelas autoridades? Haverá tempo para o *coração* pensar nisso? Ou a honra requer um outro tipo de justiça? Na avaliação do ultrajado talvez não haja outro tipo de punição além daquela que paga com a mesma moeda e o mais rapidamente possível: a vingança é um prato que se come quente. Se, como diz bem Mello, a justificativa da vingança para a vida do cangaço muitas vezes é apenas “um escudo ético”, o mesmo não pode ser dito para o ingresso no cangaço. Mas, e para aqueles que se tornam membros de bandos por terem sido impressionados e seduzidos pelos cangaceiros e pelos relatos a seu respeito? Mais uma vez estamos diante de um impulso que é interno e não externo à sociedade sertaneja que enfatiza, escreve a fio de ouro as aventuras dos bandoleiros e cria sonhos e desejos nos temerários peitos de seus jovens.

Contudo, este artigo teve como objetivo relativizar, pôr num plano menos importante, o papel do Estado Novo no desaparecimento do cangaço. Tantas vezes o mais enfatizado, parece-me, ao contrário, basicamente irrelevante. Muito mais importante do que ele é a participação dos *contratados* e dos soldados volantes sertanejos, como João Bezerra, Manuel Neto, João Gomes de Lira, entre outros. Não seria preciso nenhum Estado Novo para empurrar homens como os dois últimos e todos os outros “nazarenos” para o caminho de Lampião, notória e reconhecidamente terríveis inimigos. Numa terra onde um crime, como o assassinato de João Pessoa, pode ser interpretado por um Secretário de Estado, em meio a uma revolução, como um ato de defesa da honra, como um desagravo, por que procurar o fim do cangaço no Estado Novo, por que procurar sua origem na Guerra de Secessão? A morte de Lampião está muito mais próxima da luta pela honra e pela glória, travada por João Bezerra contra si mesmo, do que por qualquer causa exterior. E, não fosse João Bezerra o comandante da volante, seria Manuel Neto ou José Rufino, movidos por impulsos análogos.

A morte de Lampião em si mesma contribuiu muito mais para a extinção do cangaço do que qualquer revolução ou golpe de Estado poderia fazê-lo. Ao concentrar em torno de si tamanho poder, ao reduzir a própria palavra “cangaceiro” a si próprio e aos que a ele estavam submetidos, sua desaparecimento arrastou atrás de si, obrigatoriamente, como enfatizou o mesmo Mello que tanta

importância deu ao Estado Novo, todo um mundo que desaparecia. Os relatos dos cangaceiros sobreviventes de Angicos são demasiado claros. A notícia da morte do chefe de todos os chefes desnor-teou-os num primeiro momento, desarticulou toda a estrutura do cangaço no momento quase imediatamente posterior e obrigou-os a curvar-se diante da graça de Getúlio Vargas, a quem Sila é grata até o dia de hoje.

Só se pode estranhar a morte de Lampião pela insistência dele em sobreviver. Para os que vão à guerra, o mais intrigante é que permaneçam vivos. E, neste caso específico, a morte do chefe, a conseqüente desaparecimento do cangaço e o advento do Estado Novo não formam um tripé. Pois, enfim, se a dureza da ditadura criou insegurança e dificuldade para o cangaço, por que, contra todos os conselhos de seus homens que viam no coito

de Angicos uma ameaça para a segurança do bando, o desconfiado e atento chefe teria teimado em ali permanecer senão levado pelo mais profundo sentimento de segurança?

Lampião não fora traído pelo *coiteiro* proprietário da fazenda, seu cadafalso não foi aberto por nenhum chefe político. Até onde sabemos, e portanto tudo o que podemos afirmar, João Bezerra e sua volante foram levados até o local das *tordas* pelo humilde *coiteiro* Pedro de Cândido sob a ameaça da ponta do punhal de Bezerra. Cercado o acampamento, ainda durante a aurora, pouco antes do ofício religioso e do café da manhã, o bando foi atacado de surpresa e Lampião, atingido na cabeça, tombou sem desferir um único tiro. Assim morreu Lampião. Muito longe das decisões políticas do Palácio do Catete.

Recebido para publicação em agosto de 1997.

Jorge Luiz Mattar Villela é Mestre em Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO**, Amauri. (1982a). *Gente de Lampião: Dadá e Corisco*. São Paulo, Traço.
- ARAÚJO**, Amauri. (1982b). *Assim morreu Lampião*. São Paulo, Traço.
- ARAÚJO**, Amauri. (1987). *Gente de Lampião: Sila e Zé Sereno*. São Paulo, Traço.
- BEZERRA**, João. (1983). *Como dei cabo de Lampião*. 3a ed., Recife, Massangana.
- CAMARGO**, A., **RAPOSO**, E. e **FLASKMAN**, S. (1984). *O Nordeste e a política: diálogos com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- CARONE**, Edgar. (1970). *A Velha República (instituições e classes Sociais)*. São Paulo, Difel.
- CHANDLER**, Billy J. (1981). *Lampião, rei dos cangaceiros*. São Paulo, Paz e Terra.
- CONRADO**, Juez. (s.d.). *A última semana de Lampião*. Aracaju, Escopo.
- DELEUZE** G. e **GUATTARI** F. (1980). *Capitalisme et schizophrénie — Mille Plateaux*. Paris, Minuit.
- DINIZ**, Eli. (1991). “Estado Novo: estrutura de poder; relações de classes”. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 3. Rio de Janeiro, Bertrand.
- FAORO**, Raimundo. (1976). *Os donos do poder*. 3a ed., Porto Alegre, Globo, vol. II.
- FERRAZ**, Marilourdes. (1979). *O canto do acauã — das memórias de Manuel Flor, ex-comandante das forças volantes*. Belém, s. ed.
- LIRA**, João G. de. (1990). *Lampião: memórias de um soldado volante*. Recife, Fundarpe.
- MARQUES**, Ana C. (1995). *Domínios de Lampião — nomadismo e reciprocidade*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, PPGAS/UFSC, datilo.
- MARQUES**, Ana C. (s.d.). “Considerações sobre a honra cangaceira”, datilo.
- MELLO**, Frederico P. de. (1985). *Guerreiros do sol — o banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife, Massangana.
- MELLO**, Frederico P. de. (1993). *Quem Foi Lampião?* Recife/Zurique, Stähli.
- PANG**, E. S. (1979). *Coronelismo e oligarquia (1889-1943): a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PERISTIANI**, J. G. (1965). *Honour and Shame*

— *the Values of Mediterranean Society*. London, George Weindenfeld and Nicholson.

PITT-RIVERS, Julian. (1977). *The Fate of Shechem or the Politics of Sex-Essays in the Anthropology of the Mediterranean*. Cambridge, Cambridge University Press.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. (1968). *Os Cangaceiros — les bandits d'honneur brésiliens*. Paris, Juliard.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. (1977). “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. I, São Paulo, Difel.

Relatório dos Presidentes da Província de Pernambuco. *Jornal do Comércio*, 29/07/38; *O Imparcial*, 06/12/29.

REPARTIÇÃO Central de Polícia do Estado de Pernambuco. (1928). *Relatório dos Serviços Prestados por esta repartição durante o ano de 1927. Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Eurico Souza Leão Chefe de Polícia*. Recife, Tipografia Livraria Universal Eugenio Nascimento.

SOUZA, Ilda R. de (1995). *Sila — memórias de guerra e paz*. Recife, s. ed.

VILLELA, Jorge L. (1995). *A organização espacial do cangaço sob a chefia de Virgulino Ferreira, Lampião — como produzir território em movimento*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, PPGAS/UFSC, datilo.

VILLELA, Jorge L. (s.d.). “As táticas e estratégias de repressão ao cangaço no Nordeste do Brasil”, datilo.

OUTRAS FONTES

Diário da Bahia, 08/01/1932.

Relatório dos Presidentes da Província de Pernam-

buco. Jornal do Comércio, 29/07/1938. *O Imparcial*. 06/12/1929.